

TÍTULO DO TRABALHO			
A FORÇA DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E O PACTO DE CLASSES NOS GOVERNOS PETISTAS			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Isabela Ramos Ribeiro	Universidade de Brasília	UnB	Professora substituta
RESUMO			
<p>Este trabalho visa discutir o papel da força de trabalho da construção civil na consolidação do pacto de classes regido sob a ideologia do novo-desenvolvimentismo. Para isso, discute-se o Estado e os rearranjos no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma, além de dados e estudos sobre os trabalhadores da construção civil. Parte-se do pressuposto que as alterações no bloco no poder compreendem um ajuste na correlação de forças dentro da própria burguesia e desta com parte dos trabalhadores e movimentos populares e sindicais. Assim, foi possível apreender que os empregos gerados pela indústria da construção civil se constituem como mecanismos de criação de consenso em torno do poder instituído, uma vez que possibilitam o crescimento acelerado de vagas de emprego, embora se caracterizem como trabalhos temporários, precarizados e mal remunerados que não exigem um alto nível de qualificação. Por essas razões, a força de trabalho da construção civil permite registros estatísticos da diminuição do desemprego, ao passo em que favorece os empresários do setor, possibilitando a consolidação da hegemonia dominante.</p>			
PALAVRAS-CHAVE			
Construção civil, força de trabalho, hegemonia.			
ABSTRACT			
<p>The article discusses the role of the construction workforce in the consolidation of classes pact governed under the new ideology of developmentalism. For this task, we discuss the state and rearrangements in the power bloc during the Lula and Dilma governments, as well as studies on the construction workers. This is on the assumption that changes in the power block comprising an adjustment in the balance of forces within the bourgeoisie and this with the workers and popular movements and unions. It was possible to apprehend that the jobs generated by the construction industry are constituted as consensus building mechanisms around the established power, since that enable the rapid growth of job openings, although characterized as temporary work, precarious and poorly paid that do not require a high level of qualification. For these reasons, the construction workforce allows statistical records of the fall in unemployment, while it favors the business sector, enabling the consolidation of the dominant hegemony.</p>			
KEYWORDS			
Construction, workforce, hegemony.			
EIXO TEMÁTICO			
Poder, Estado e luta de classes			

A FORÇA DE TRABALHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E O PACTO DE CLASSES NOS GOVERNOS PETISTAS

Durante os últimos anos, muito tem se falado sobre o setor da construção civil¹. Dos lançamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) à “Operação Lava Jato”², se pode afirmar que a indústria da construção no Brasil foi protagonista nas correlações de forças e na definição de diversas políticas, especialmente a partir do segundo mandato do então presidente Lula (2007-2010).

Nesse contexto, o presente artigo visa discutir o aspecto específico da geração de empregos no setor e em que medida representa os interesses desta fração da classe burguesa na esfera estatal, bem como verificar sua influência na consolidação da hegemonia nos governos do Partido dos Trabalhadores. Para isso, discute-se o Estado e os rearranjos no bloco no poder durante os governos Lula e Dilma, além de dados e estudos sobre os trabalhadores da construção civil. É importante ressaltar que não objetiva-se esgotar o tema, mas ao contrário, indicar possíveis caminhos para análises mais consistentes sobre a força de trabalho da construção civil e sua relação com a hegemonia dominante no Brasil.

Parte-se da compreensão, com base nas elaborações gramscianas, de que o Estado capitalista condensa as lutas de classes e expressa a hegemonia da classe dominante burguesa. A sociedade civil, por sua vez, é o espaço de construção de hegemonia, conforme o nível de organização das classes e frações de classes.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil”, (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou do Estado”, planos que correspondem respectivamente a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas (GRAMSCI, 2000, p. 20).

¹ Parte do presente trabalho é derivada da dissertação de mestrado “Os interesses da indústria da construção civil para a política urbana brasileira e a consolidação da hegemonia burguesa entre 2003 e 2013”, defendida em 2015 pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFSC e sob orientação da Prof^a Dr^a Ivete Simionatto.

² A Operação Lava Jato remete às investigações da Polícia Federal sobre a Petrobrás e diversas empreiteiras acusadas de lavagem e desvio de dinheiro, tais como Camargo Correa, OAS, Odebrecht, dentre outras. Para mais informações, ver: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>.

A partir dessa base teórica, quando se analisam políticas de determinados governos, está pressuposto que o aparelho estatal corresponde à sociedade política, que juntamente com os aparelhos privados de hegemonia presentes na sociedade civil compõem o fenômeno de ampliação do Estado. Por essa razão, “para compreender o Estado, é preciso ter em mente a organização das classes sociais e suas frações no âmbito da sociedade civil” (CAMPOS, 2012, p. 29).

Nesse sentido, os governos petistas trouxeram novos elementos que complexificam a compreensão acerca da construção da hegemonia burguesa no Brasil, pois não só redimensionaram os conflitos intraburgueses, como também obtiveram o consenso das classes subalternas no que se pode caracterizar como um pacto de classes regido sob a ideologia neodesenvolvimentista (RIBEIRO, 2015).

É possível afirmar que medidas como o “Bolsa Família, ampliação do sistema universitário federal com patrocínio das cotas, reajuste do salário mínimo, retomada dos investimentos em infraestrutura, incentivo ao consumo de massas por meio do crédito consignado” (BRAGA, 2010, p. 12), alimentam uma conciliação de classes que respalda o governo federal perante as classes subalternas, ao mesmo tempo em que é legitimado pelos setores industriais e financeiros da burguesia. Nessa direção, Mota (2012, p. 35) afirma que “através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes”. A autora segue dizendo que “fato é que a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida” (MOTA, 2012, p. 37).

Para garantir tais medidas, o governo soube manejar os interesses das diversas frações da burguesia e adequá-los ao discurso do crescimento econômico com desenvolvimento social. Armando Boito Jr (2012a) indica que houve o fortalecimento da burguesia interna promovido pelos governos do PT, com a melhoria da posição desta fração do capital no bloco no poder. Este autor utiliza o conceito elaborado por Poulantzas, que compreende bloco no poder como a complexidade da relação da burguesia com a política de Estado e a relação de unidade e confronto entre as frações burguesas. Também o conceito de burguesia interna é tomado com base nas elaborações de Poulantzas:

Nos países dependentes, essa burguesia ocuparia, na análise de Poulantzas, uma

posição intermediária entre a antiga burguesia nacional, passível de adotar práticas anti-imperialistas, e a velha burguesia compradora, mera extensão do imperialismo no interior desses países. A burguesia interna ocuparia, então, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora – teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar a sua expansão no interior do país (BOITO JR, 2012a, p. 67).

Ademais, o autor explicita que nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a fração da grande burguesia compradora e o capital financeiro internacional detinham a hegemonia no bloco no poder. Entretanto, o que Boito Jr (2012a) caracteriza como a frente neodesenvolvimentista – composta pela burguesia interna como força dirigente e com a base social calcada no movimento sindical e popular – estabeleceu uma melhor posição no bloco no poder, tendo sido estes setores mais favorecidos pelas políticas econômicas e sociais a partir de 2003.

Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso [...]: a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais [...]; d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e e) incremento do investimento estatal em infraestrutura (BOITO JR, 2012b, p. 5).

É neste contexto que se insere o protagonismo do setor da construção civil. A grande burguesia interna, que “reúne setores variados como grupos industriais, bancos, agronegócio, construção civil e outros” (BOITO JR, 2012a, p. 77), esteve organizada em torno da defesa de seus interesses de classe, a partir de suas organizações, associações e entidades.

Fontes (2010, p. 139) afirma que a análise gramsciana de Estado, correlacionada aos aparelhos privados de hegemonia, permite compreender a extensa rede de associatividade que

consolida o capitalismo monopolista e constitui a ampliação do Estado.

Embora em Gramsci essa reflexão partisse sobremaneira dos embates entre as classes, sua argúcia permite analisar também as modalidades interburguesas de associatividade e de organização, através de aparelhos privados de hegemonia que, em geral resultando de conflitos ou divergências no interior da classe dominante, precisam espriar-se para além dos limites estreitos da própria classe, envolvendo de maneira educativa e formadora setores subalternos e ampliando o Estado, no sentido de conter distintos projetos burgueses.

Dessa forma, cabe aos empresários – ou a uma parte deles – a administração da produção e reprodução do capital, mas também “a capacidade de organizar a sociedade em geral e até mesmo o organismo estatal de modo a criar as condições necessárias à expansão de sua classe, ou possuir a capacidade de escolher os ‘delegados’ responsáveis pelas relações gerais externas à empresa” (BIANCHI, 2001, p. 28).

Nesse sentido, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC – é responsável por representar os interesses específicos da construção civil no Brasil, e conforme Campos (2012, p. 204), a entidade se apresenta como “o primeiro e mais sólido aparelho privado de hegemonia de caráter nacional no ramo da indústria de construção”.

Ao longo da sua trajetória, a CBIC tem contribuído com a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas a questões estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país, que passam por atividades ligadas à indústria da construção, como infraestrutura, moradia de interesse social, qualificação profissional, saneamento básico, inovação tecnológica, sustentabilidade social e ambiental, entre outros. Um exemplo da atuação da CBIC é a mobilização que culminou com a aprovação da Lei nº 10.931/2004, conhecida com Lei do Mercado Imobiliário – considerada um marco histórico na economia brasileira – resultado de uma ação articulada da Câmara e de todo o setor junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional. Outro exemplo é o Programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009 e formulado pelo Governo Federal com contribuições da indústria da construção (CBIC, 2012, p. 6).

Cabe ressaltar aqui que o Programa Minha Casa Minha Vida foi elaborado para atender os interesses da indústria da construção civil, num momento de crise econômica internacional.

Indubitavelmente, teria impactos também na geração de empregos e no suprimento do déficit habitacional para a população de baixa renda. Entretanto, o caráter dos empregos criados, o atendimento pormenorizado às famílias com menor renda, a lógica voltada ao fortalecimento do crédito para o acesso ao consumo, gerando uma hiperinflação imobiliária, e a falta de articulação com as demais políticas urbanas são questões que fazem enorme diferença na avaliação deste programa (RIBEIRO, 2015).

Como se pode perceber nos documentos elaborados pela própria entidade, a participação da CBIC na construção das políticas públicas fica evidente. O balanço do ano de 2009 afirma que “a escolha do setor da construção pelo governo frente aos demais setores não foi um acaso. Neste sentido, a CBIC foi determinante na edificação dessas bases” (CBIC, 2010, p. 6). As demandas mais gerais explicitadas pela entidade remetem à redução dos gastos públicos com custeio e elevação do gasto em investimentos, redução das taxas de juros e realização de reformas estruturantes (previdência, tributária, política). Conforme declarado no documento,

O Brasil precisa urgentemente resolver o dilema dos juros altos. [...] Mas, para isso, é sabido que o *governo necessita reduzir seus gastos*. O Brasil não pode mais postergar a utilização de maior austeridade nos gastos públicos. É de conhecimento geral que se gasta muito e com pouco critério. *Reduzir gastos do governo significa reduzir gastos de custeio e não de investimento*. Além disso, o ambiente para os negócios precisa ser mais saudável. É necessário também reduzir a burocracia, os impostos incidentes sobre os investimentos e sobre as exportações, além, é claro, da excessiva carga trabalhista (CBIC, 2010, p. 6, grifo nosso).

As demandas são claras, e visam beneficiar o setor da burguesia vinculado à indústria da construção. A redução de gastos em custeio significa reduzir empregos, congelar salários, reduzir despesas com materiais e serviços de manutenção de escolas, hospitais, etc. Já elevar investimentos quer dizer injetar maior quantidade de recursos às construtoras para novos projetos, que posteriormente necessitarão novamente de recursos para sua manutenção (KHAIR, 2010). Além disso, as reformas estruturantes requisitadas pelo setor explicitam a necessidade de reduzir direitos trabalhistas e diminuir cargas tributárias no processo de reprodução do capital.

Para a CBIC, a rigidez das regras do mercado de trabalho e o elevado custo da *mão-de-obra*³ são algumas das questões que têm “atrasado o avanço brasileiro”. É importante ressaltar, também, a preocupação apresentada pela entidade com relação à falta de qualificação da mão-de-obra, a qual, segundo a CBIC (2011, p. 20), “é reflexo da estagnação e do tímido crescimento observado no segmento por cerca de duas décadas”. Destaca-se, nessa direção, o Programa de Inovação Tecnológica da CBIC, com objetivo de atingir maior produtividade e eficiência através do investimento em inovação tecnológica e capacitação, e a partir do qual vêm sendo elaboradas “uma série de contribuições para o desenvolvimento de políticas públicas que passam por questões como: a revisão da carga tributária, a capacitação profissional, a adequação de normas técnicas, o incentivo à inovação e sustentabilidade em obras públicas” (CBIC, 2015).

Como consequência, o setor da construção como um todo tem investido em programas de capacitação, estabelecendo parcerias com o SENAI, canteiros de obras, universidades, etc. Neste contexto, merece destaque a criação, em 2011, do Instituto da Construção. Tal instituição surgiu com objetivo de formar profissionais para os diversos ramos da indústria da construção, e em 2014 já conta com mais de 50 franquias pelo Brasil. Existem cursos para formação em mestre de obras, instalador de alvenaria assentador e azulejista, eletricista, instalador hidráulico, pintor de obras, decoração, jardinagem, paisagismo, manutenção predial, especialista em vendas para construção civil, entre outros. Os preços e períodos de tempo variam de acordo com a área pretendida. O curso de alvenaria, um dos mais baratos, tem duração de seis meses e pode ser pago em sete parcelas de R\$275,00 mais a taxa de matrícula de R\$180,00, totalizando R\$2.105,00⁴: um verdadeiro mercado de capacitação, voltado principalmente às camadas mais pobres da classe trabalhadora⁵.

Este mercado está baseado na concepção de “capital humano”, cuja ideologia prega que o trabalhador deve investir em sua formação para valorizar sua força de trabalho e, dessa forma, obter melhores salários. Para Maranhão (2012), este discurso – propagandeado pelos organismos multilaterais e sob inspiração nas teses de Amartya Sen – está voltado ao desenvolvimento das

³ O termo “mão-de-obra” não se enquadra na perspectiva teórica a que nos vinculamos. Considera-se que a categoria “força de trabalho” imprime melhor sentido à relação entre o trabalhador e o que ele tem a oferecer para o capitalista: a venda de sua força de trabalho (MARX, 2013, p. 242). No entanto, para manter fidelidade ao que os documentos analisados expressam, será utilizado o termo “mão-de-obra” em todas as vezes que referirmo-nos a eles. Para um maior aprofundamento sobre a categoria força de trabalho, ver capítulo 4 d’O Capital, de Marx (2013).

⁴ As informações acerca dos preços dos cursos foram obtidas por telefone na unidade de Florianópolis. O restante das informações advém da página do Instituto na internet: <<http://www.institutodaconstrucao.com.br/>>.

⁵ Sobre o perfil do trabalhador da construção – com menor renda e baixa escolaridade –, ver artigo de Marcelo Neri (2011). Dados disponíveis também no Estudo Setorial da Construção 2012, elaborado pelo DIEESE: <<http://www.dieese.org.br/estudosetorial/2012/estPesq65setorialConstrucaoCivil2012.pdf>>. Acessos em 20/10/2014.

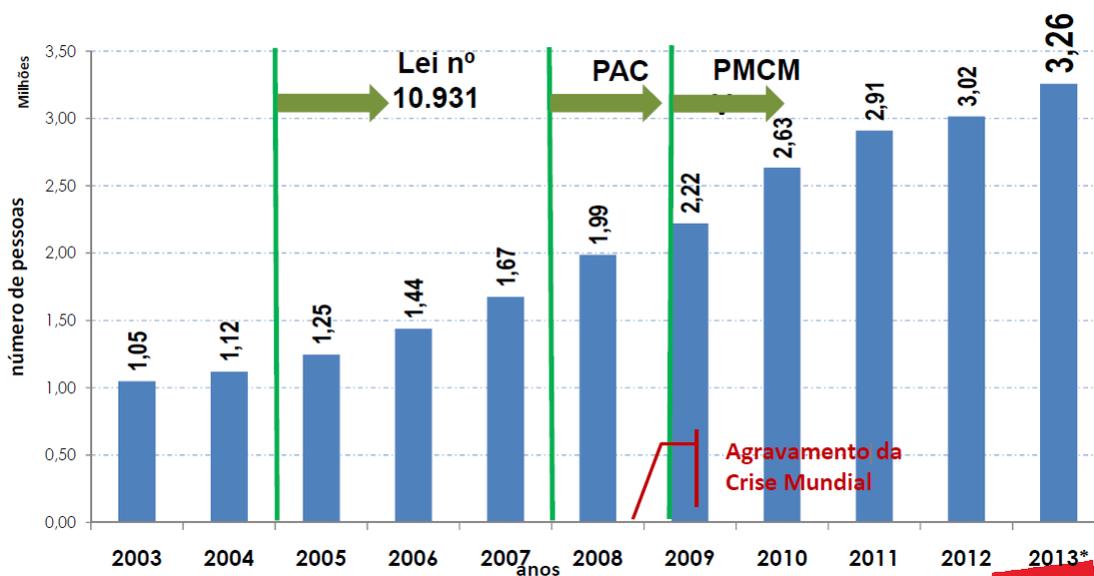
oportunidades e das capacidades do indivíduo, e tem servido como uma forma de incorporar os sujeitos à ordem liberal a partir do maior acesso ao mercado e ao consumo. De acordo com o autor, esta estratégia tem se apresentado “desde a escolha do público-alvo, baseada nas estatísticas de desenvolvimento humano e nos mapas de exclusão social, passando pela execução de políticas, tais como transferência de renda, crédito popular ou qualificação profissional [...]”. Maranhão (2012, p. 102) afirma, ainda, que “tais concepções são as principais influências na elaboração e implementação das diversas estratégias governamentais de desenvolvimento econômico e social”.

Conforme divulgado em um jornal do estado de São Paulo, Gilberto Batista, de 59 anos, é mestre de obras e professor do Instituto da Construção, na franquia de Sorocaba. De acordo com a reportagem,

Ele, que trabalha no setor da construção civil há mais de 30 anos, passou por todo o tipo de tarefa em uma obra e viveu os altos e baixos do segmento nesse período, nunca pensou recomendar a mesma carreira a um de seus filhos, mas foi o que aconteceu. “Hoje, tenho orgulho do que faço e acredito que as pessoas estão perdendo o preconceito em relação aos profissionais da construção civil. Uma escola profissionalizante, como essa, também irá ajudar na conscientização dos trabalhadores sobre sua importância e na diminuição da discriminação pela sociedade” (JORNAL DA PAULISTA, 2014).

Essas questões evidenciam a concretização de um pacto de classes onde houve, de fato, uma ampliação bastante grande da demanda por trabalhadores na construção civil, considerando o aumento expressivo de empreendimentos e investimentos para o setor, como se pode constatar no gráfico a seguir.

Figura 1 - Evolução do estoque de trabalhadores na construção



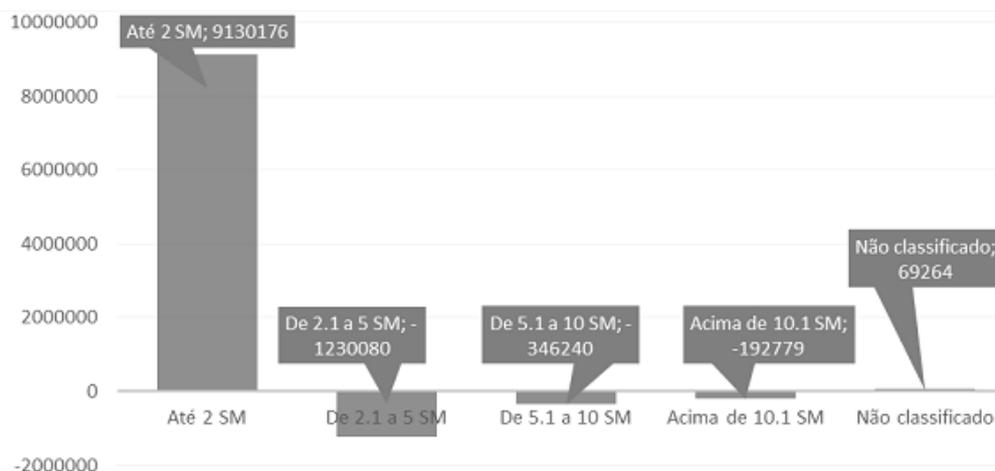
Fonte: CBIC, 2013. Com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entretanto, segundo estudo do DIEESE (2011, p. 14), “mesmo com muitos empregos gerados, a construção civil tem como grande problema a rotatividade da mão de obra: enquanto 2,4 milhões de trabalhadores foram contratados em 2010, outros 2,2 milhões perderam o emprego”. O estudo do ano seguinte (DIEESE, 2012) afirma que esta rotatividade gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho e rebaixamento da remuneração, enquanto que, para o empregador, a rotatividade representa mais um mecanismo de redução de custos. Ainda nesta direção, destaca-se:

Quanto às condições de trabalho, sabe-se que são muitos os desafios a serem vencidos na busca de melhorias para os trabalhadores deste setor, marcado por grande e intensa informalidade, altos índices de acidentes de trabalho, alta rotatividade e baixa remuneração, ainda que não se possa desconsiderar que melhorias já são verificadas, como o aumento da formalização do emprego e a obtenção de ganhos reais de salários nos últimos anos (DIEESE, 2012, p. 32).

A formalização do emprego, como se pode ver no gráfico que segue, foi focalizada na faixa de renda de até dois salários mínimos, muitos desses representados pelos empregos no setor da construção civil, mas também em outros ramos como comércio varejista e serviços.

Figura 2 - Saldo de empregos formais no Brasil (jan. 2003-dez. 2010) por faixa de renda



Fonte: SEKI, 2014. Com dados do CAGED.

Todavia, as construtoras continuam a reclamar do custo da mão-de-obra e suas demandas remetem à redução dos direitos trabalhistas e à mercantilização cada vez maior das condições de reprodução da força de trabalho. Esse aspecto parece merecer atenção especial, uma vez que os cursos pagos de capacitação, por exemplo, tendem a precarizar ainda mais os trabalhadores que não tem recursos para financiar sua formação, tornando mais baixa a remuneração dos que já estão em piores postos de trabalho. Esta é, também, uma das formas de superexplorar a força de trabalho⁶. Os estudos dos trabalhadores elevam o valor de sua força de trabalho, devido ao tempo dispendido para tal atividade. Esta elevação não é, contudo, acompanhada de um aumento correspondente dos salários, o que leva a que uma parte maior de sua jornada de trabalho seja transformada em fundo de acumulação do capital, negando à classe trabalhadora mais uma parte do seu fundo de reprodução (MARINI, 2000).

Portanto, pode-se constatar que uma aliança entre as classes sociais no capitalismo dependente não se mantém estruturalmente, posto que os interesses são cada vez mais antagônicos e contraditórios a médio e longo prazo. Com relação ao setor da construção civil, ainda que possa gerar um grande número de empregos a partir do investimento imediato em grandes obras de infraestrutura e empreendimentos habitacionais, as empresas do setor buscam sempre formas de minimizar os gastos referentes à reprodução da força de trabalho, na medida em que pressionam o

⁶ Para Marini (2000), a superexploração da força de trabalho se constitui como o princípio fundamental da economia subdesenvolvida. Isto significa que, para a garantia da acumulação de capital em escala mundial e para a manutenção da taxa de lucro das burguesias nacionais associadas ao capital estrangeiro, há uma dupla expropriação da força de trabalho, através do aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada ou remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor. Este processo evidencia ainda mais os níveis de desigualdade social e pobreza, implicando a não satisfação de necessidades consideradas básicas ou essenciais para a reprodução da vida do trabalhador.

Estado para ampliar os investimentos para a reprodução do capital, reduzindo o financiamento para as políticas sociais destinadas aos trabalhadores.

A CBIC (2009, p. 12) indica claramente que não está de acordo com aumento de salários ou manutenção de direitos trabalhistas, quando afirma que “o custo com a mão de obra no país já é altíssimo, e discutir questões que acabem por elevá-lo ainda mais está em dissonância como o próprio desenvolvimento econômico que parece estar sendo implementado e que queremos”. O desenvolvimento econômico levado a cabo pelos governos Lula e primeiros anos do governo Dilma é legitimado pela entidade, tornando possível perceber que o setor da construção civil foi um dos maiores favorecidos pelas políticas e programas estatais nos últimos anos.

Conclui-se, então, que os empregos gerados pela indústria da construção civil se constituem como mecanismos de criação de consenso em torno do poder instituído, uma vez que possibilitam o crescimento acelerado de vagas de emprego, embora se caracterizem como trabalhos temporários, precarizados e mal remunerados que não exigem um alto nível de qualificação. Por essas razões, a força de trabalho da construção civil permite registros estatísticos da diminuição do desemprego, ao passo em que favorece os empresários do setor, possibilitando a consolidação da hegemonia dominante. Nesse cenário, torna-se imprescindível tanto para o avanço da luta pela ampliação de direitos como pelo fim da exploração capitalista que estes setores vinculados à burguesia interna sejam alocados como inimigos de classe, e que a suposta aliança de classes seja desmistificada, combatida e superada.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BOITO JR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR, Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a.

BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo, 2012b.

BRAGA, Ruy. Apresentação. In: OLIVEIRA, Fransico; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado; orientadora Virgínia Fontes. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. *Encargos previdenciários e trabalhistas no setor da construção civil: análise nacional*. Brasília: CBIC, 2009.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. *Construção civil: análise e perspectivas* (2010). Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/balanco-nacional-da-industria-da-construcao>>.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. *Construção civil: desempenho e perspectivas* (2011). Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/balanco-nacional-da-industria-da-construcao>>.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. *Visão do Setor Privado* (2013). Disponível em <<http://www.cbicdados.com.br/menu/estudos-especificos-da-construcao-civil/balanco-nacional-da-industria-da-construcao>>.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. *O desafio de pensar o futuro das cidades*. 2012. Disponível em <<http://www.cbic.org.br/sites/default/files/LIVRO%20BAIXA%20RES.pdf>>.

Acesso em 18/03/2014.

CBIC [Câmara Brasileira da Indústria da Construção]. Inovação Tecnológica. Disponível em <www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/position-papers/inovacao-tecnologica>. Acesso em 03/07/2015.

DIEESE. Estudo Setorial da Construção (2011). Disponível em <<http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2011/estPesq56ConstrucaoCivil.pdf>>. Acesso em 20/10/2014.

DIEESE. Estudo Setorial da Construção (2012). Disponível em <<http://www.dieese.org.br/estudoseporial/2012/estPesq65setorialConstrucaoCivil2012.pdf>>. Acesso em 20/10/2014.

ESTADÃO. Investimento x Custeio. Texto de Amir Khair. Publicado em 2010. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-x-custeio,542628>. Acesso em 15/10/2014.

FOLHA DE S. PAULO. Operação Lava Jato. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1548049-entenda-a-operacao-lava-jato-da-policia-federal.shtml>>. Acesso em 03/07/2015.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 v. 2.

JORNAL DA PAULISTA. Mão de obra para construção civil. Disponível em <<http://www.jornaldapaulista.com.br/site/page.php?key=3729>>. Acesso em 15/10/2014.

MARANHÃO, César Henrique. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo:

Cortez, 2012, p. 78 a 104.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012, p. 29-45.

NERI, Marcelo. (2011). O novo velho trabalhador da construção civil. Disponível em <<http://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/nc0197a.pdf>>. Acesso em 20/10/2014.

RIBEIRO, Isabela Ramos. *Os interesses da indústria da construção civil para a política urbana brasileira e a consolidação da hegemonia burguesa entre 2003 e 2013*. Dissertação de mestrado; orientadora Ivete Simionatto; Programa de Pós Graduação em Serviço Social. UFSC, Florianópolis, 2015.

SEKI, Allan Kenji. *O Capital e as universidades federais no Governo Lula: o que querem os Industriais?* Dissertação de mestrado; orientadora, Olinda Evangelista; Programa de Pós Graduação em Educação. UFSC, Florianópolis, 2014.